



A Aposta Cristã- uma outra visão do mundo e da política

Prólogo

Em primeiro lugar, gostaria de vos dizer como estou tocado com o vosso convite, comovido por descobrir o vosso país e cheio de gratidão e de alegria pelo vosso acolhimento. Contudo, sou obrigado a começar por algumas considerações francesas, porque foram elas que motivaram a minha reflexão.

Os anos 2016 e 2017 foram marcados por uma interminável campanha eleitoral que, como sempre, agitou o país. Alguns meses mais cedo, fiquei triste com o acolhimento dado por alguns católicos aos gestos proféticos do Papa Francisco em favor dos mais pobres, nomeadamente dos migrantes. A profunda divisão dos católicos quanto à coisa política tocou-me profundamente. Uma tal divisão deixou entrever uma grande confusão sobre o que podia querer dizer ser cristão em política.

Isto leva-nos a duas questões temíveis: em primeiro lugar, o apelo de Cristo ao amor é de natureza a modificar os nossos comportamentos políticos, ou estes obedecem a outras regras, confinando a fé ao domínio da vida privada? Em segundo lugar, em que é que os preceitos cristãos são articuláveis com uma sociedade que o não é, ou que já o não é mais? Ou mais precisamente, que relação é que o cristão mantém com o mundo: de oposição, de cooperação? de proximidade, de distância? de desconfiança, de confiança? de poder, de serviço? Tais são as interrogações vertiginosas às quais este questionamento conduz.

O movimento da minha reflexão decompõe-se em três tempos. Primeiro, tentarei discernir o que o Evangelho nos diz sobre a nossa relação com os outros e sobre a política. Veremos, na esteira do Papa Francisco e dos seus predecessores, que não se pode escolher no Evangelho o que nos convém, pondo de parte o que cria resistência em nós.

Em seguida, abordarei a questão do posicionamento do cristão num mundo que não o é. Herdeiros de uma história que, por vezes, nos fecha, nós temos necessidade de retomar a reflexão para evitar os escolhos e enfrentar os desafios, em parte novos, que nos põe a situação atual do nosso mundo.

Enfim, evacuado um certo número de posturas que parasitam o nosso raciocínio, irei ao coração do que Cristo propõe: uma relação com o mundo renovada numa tripla ótica de comunhão, de transfiguração e de conversão.

1- Seguir Cristo: o evangelho como guia para os cristãos

Evocarei três domínios. As questões de ética, ligadas ao respeito pela vida; as que se referem à justiça social; e no cruzamento das duas, a questão tão atual do acolhimento reservado aos migrantes.

Nos preceitos evangélicos, tudo está ligado

Na sua encíclica *Laudato si*, o papa Francisco utiliza por nove vezes a expressão «tudo está ligado». Este texto sobre «a salvaguarda da casa comum» pôde ser apresentado como uma encíclica sobre a

ecologia, o que não é falso, com a condição de precisar que se trata de uma ecologia integral, preocupada com o respeito pelo ambiente mas também pela pessoa humana, e portanto com a ética social. Com o risco de não ser compreendido, Francisco liga a todas estas considerações, sociais e ambientais, as mais delicadas questões éticas como as que se referem ao respeito pela vida desde a concepção até à morte natural.

No evangelho, com efeito tudo está ligado, mas sobre o que é que Jesus insiste em primeiro lugar, senão sobre a primazia do cuidado pelos pobres, pelos estrangeiros e pelos doentes, quer dizer pelos mais fracos e mais vulneráveis? Ele põe constantemente de sobreaviso contra o dinheiro, a cobiça, a avidez, a violência, mas também contra o julgar do outro – como na cena da mulher adúltera ou na parábola do argueiro e da trave - e o facto de impor fardos demasiado pesados («Eles põem fardos pesados, difíceis de transportar, sobre os ombros das pessoas; mas eles mesmos não querem movê-los nem com um dedo»¹).

Poder-se-ia retorquir que o meu prisma é contestável, mas refletindo, não só me parece que dizendo isto eu dou fielmente conta do texto evangélico, mas além disso, Jesus insiste fortemente nele quando evoca o juízo final. Sobre que é que, de facto, seremos julgados? Em que peneira passarão os nossos atos para eliminar as impurezas e guardar o que terá feito a beleza da nossa existência? Basta ler Mateus 25:

«Porque tinha fome, e deste-me de comer; tinha sede, e deste-me de beber; era estrangeiro, e acolheste-me; estava nu, e vestiste-me; estava doente, e visitaste-me; estava na prisão e vieste ter comigo!»

[...] “Cada vez que o fizeste a um destes mais pequeninos dos meus irmãos, foi a mim que o fizestes.”².

Aquilo de que Jesus fala e que diz respeito à nossa entrada no Reino, cai no domínio político: remete-nos para a justiça social, o acolhimento ao mais fraco, o respeito pela pessoa humana, a fraternidade ou a solidariedade. Todas estas palavras estão no centro do cuidado cristão, mas falam também a muitas pessoas que não acreditam.

A questão do acolhimento ao estrangeiro

A questão dos migrantes constitui um bom terreno de análise: ela é com efeito muito complexa e ninguém tem *a priori* a boa resposta pronta para propor. Justamente! Antes de debater o que é possível fazer ou não, o que é sempre legítimo, é preciso a montante lembrar um princípio muito simples. Pelo menos, um cristão não pode, *por princípio*, recusar o acolhimento de refugiados. Os medos, por compreensíveis que sejam, a prudência, por legítima que seja – e é segundo Aristóteles, a própria sabedoria política³-, não justificam em nenhum caso um *não de princípio*. O não de princípio está absolutamente em contradição com o texto bíblico, com a sua letra e o seu espírito. Recusar um *não de princípio* não significa contudo que eu apele a um sim automático sem tomar em conta as contingências reais.

É portanto impossível recusar por princípio este acolhimento, salvo recusando ser cristão. Mas uma objeção apareceu recentemente: o apelo à caridade do Evangelho não diria respeito à política. A parábola do Bom Samaritano é bela, mas referir-se-ia à caridade individual. Ora este argumento não repousa sobre nada: nenhuma menção no Evangelho, nem nos Padres da Igreja, nem na doutrina social da Igreja vem separar moral individual e política. Pelo contrário, a política foi sempre considerada pelo pensamento tradicional ao qual a Igreja se refere, como uma ramo da ética, distinto, mas não separado. É importante manter esta linha. O homem não está fragmentado, ele é uno. Pôr a política

¹ Mt 23, 4.

² Mt 25, 34-46.

³ Aristóteles, Ética a Nicomaque, Livro VI, 8, 1141b20.

fora do campo da ética viria reconhecer uma lógica de razão de Estado que é profundamente estrangeira ao pensamento tradicional e ao cristianismo.

Se o Papa Francisco é tão radical sobre a questão dos migrantes, é, para além do espírito evangélico, porque ele sabe que o homem está em perigo. Não se pode acolher corretamente o seu discurso sem o pôr em ligação com uma denúncia, sem apelo, aos atentados à vida humana nas questões éticas como o aborto ou a eutanásia, as malfetorias do dinheiro num mundo onde o homem é cada vez mais explorado pelo homem e onde a desigualdade das riquezas cresce de maneira indecente. Face a estes perigos, a Igreja enfrenta, interpela, numa posição de vigia. Francisco fá-lo com o seu temperamento inteiro e concreto. É legítimo que os leigos assumam as suas propostas e tentem confrontá-las com a realidade de que são responsáveis. Por outro lado é entristecedor que os cristãos sejam surdos ao grito de alerta do Papa sobre o futuro do homem.

...A questão social

A questão põe-se em termos semelhantes para a preferência pelos pobres, decorrente na doutrina social da Igreja, do conceito do destino universal dos bens. Todos os bens deste mundo são destinados, não a ser captados por cada um para si mesmo, mas a serem o mais amplamente partilhados, o que não exclui aliás nem a propriedade privada, nem a desigualdade das riquezas. A Igreja não é comunista. Mas os bens de que goza o ser humano têm por natureza um destino universal.

«Deus destinou a terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação devem fluir equitativamente entre as mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade»¹.

De facto, o direito de propriedade não pode ser considerado como um absoluto, e ele está subordinado ao destino universal dos bens². Toda a possessão privada tem portanto uma função social³. A opção preferencial pelos pobres deve pois informar não só as políticas do Estado, mas também os comportamentos dos cidadãos. É a «opção preferencial pelos pobres»⁴, uma posição teológica implicando a prioridade dada aos mais pobres, lembrou recentemente o papa Francisco⁵.

Viram-se nos Estados Unidos as reações aos discursos do papa Francisco, de um *lobby* liberal que não aceitava os seus propósitos incisivos face à «idolatria do dinheiro»⁶. Como os opositores ao discurso dos papas sobre o acolhimento do estrangeiro, trata-se de os desacreditar do mesmo modo: são pensamentos irénicos, a realidade económica é outra, o Papa não conhece nada. Quantos pensaram a mesma coisa naquele entardecer, após o sermão sobre a montanha, quando descendo para o lago de Tiberíade, recordavam as Bem aventuranças: «Felizes os pobres em espírito, é deles o Reino dos céus»⁷. Ou aqueles que ouviram como um duche frio as palavras de Jesus ao jovem rico:

«Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois, vem e segue-me.»⁸

... o respeito da vida

É o mesmo para o respeito pela vida. Ele é expressão do magistério da Igreja decorrente do quinto mandamento, «não matarás» e não poderia ser, como o acolhimento do estrangeiro ou a preferência

¹ Concílio Ecuménico Vaticano II, Constituição pastoral *Gaudium et spes*, 69.

² João Paulo II, Encíclica *Laborens exercens*, 14.

³ João XXIII, Encíclica *Mater et magistra*. Compendio §178.

⁴ João Paulo II, Discurso na 3ª conferência geral do Episcopado latino-americano, Puebla, 28 janeiro 1979, 1, 8.

⁵ Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, 24 novembro 2013, §198.

⁶ Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, *op.cit.*, §55.

⁷ Mt 5, 3

⁸ Mt 19, 21.

pelo pobre, julgado *por princípio* inaplicável. Vamos ao centro da terrível questão do aborto: não se pode decretar que, *por princípio*, este preceito não se aplica, mesmo ao filho de uma mulher violada ou a uma criança gravemente deficiente. Para um cristão a vida é um dom de Deus e toda a vida também valiosa, quaisquer que sejam as condições da concepção e a conformidade da criança aos códigos sociais.

Mas se os princípios evangélicos são muito claros, ninguém pode ignorar que eles não são partilhados pelo conjunto da humanidade. Nestas condições como pô-los em prática, num mundo que lhes é por vezes hostil, ou indiferente?

2- Ser cristão num mundo que o não é: desafios e escolhos

Ser cristão no mundo, seguir Cristo, é um caminho cheio de armadilhas, mas cheio também de desafios exaltantes. O principal equívoco diz respeito à relação do cristão com o poder. Os textos são eloquentes : «Dai a César o que é de César»¹ ou «Homem, quem me estabeleceu para ser vosso juiz ou árbitro das vossas partilhas?»². Toda a teocracia é estranha ao espírito do cristianismo.

Os cristãos não têm que impôr as suas normas

A primeira consequência é que, se Cristo recusou a realeza neste mundo, a Igreja também não tem que a procurar. Isso implica, pelo menos para os cristãos, uma forma de distanciamento em relação ao político, o que não quer dizer nem desinteresse nem desprezo. Para retomar os termos do discurso de Bento XVI perante o Parlamento de Westminster, não se trata para os cristãos de impor as suas normas ou de querer, custe o que custar, dirigir a sociedade.

Demasiadas vezes, os cristãos querem que as leis sejam conformes à sua fé, aos seus princípios éticos. Fazem disso uma ardente obrigação, um dever moral. Ora o próprio S. Tomás de Aquino reconhece que não é possível:

«Ora a lei humana é assumida pela multidão dos homens, e a maior parte deles não são perfeitos em virtude. Por isso a lei humana não proíbe todos os vícios de que os homens virtuosos se abstêm, mas somente os mais graves, dos quais é possível a maior parte das pessoas absterem-se; e sobretudo aqueles que prejudicam os outros. Sem a interdição desses vícios, com efeito, a sociedade humana não poderia durar ; por isso a lei humana proíbe os assassinatos, os roubos e outras coisas deste género.»³

É importante não absolutizar uma espécie de *non possumus* católico, que condenaria os cristãos a não ser mais atores do seu mundo, a fechar-se na crítica estéril, a separar-se dos seus irmãos em humanidade.

O mito do retorno à cristandade

O modelo de uma cristandade política é uma ilusão. Mas os cristãos têm dificuldade em aceitá-lo. Porque a história apresenta-lhes uma magnífica fraude que os ilude. Eles esqueceram que primeiramente foram uma minoria e têm dificuldade em admitir que o são hoje no nosso país. Desde o final do século IV, quando o imperador Teodósio fez do cristianismo a religião oficial, até aos meados do século XX em que o cristianismo era a norma dos costumes, os católicos foram de facto maioritários e viveram numa sociedade dominada pela moral cristã em que aquele que não era cristão

¹ Mt 22, 21

² Lc 12, 14.

³ S. Tomás de Aquino, Suma Teológica, Ia IIae Q96 a2.

ou não vivia como cristão era no melhor dos casos tolerado e por vezes perseguido. Alguns, hoje, sonham ainda com um retorno à cristandade. Mas o cristianismo não é a cristandade histórica !

Sonhar com o retorno de uma cristandade mitificada, construir-se um abrigo em comunidades tranquilizadoras, ao abrigo dos perigos do mundo: nós temos de fazer face a duas tentações gêmeas que muitas vezes envolvem, alternadamente, as mesmas pessoas.

Cristo não prometeu nem o triunfo temporal da Igreja, a instauração de uma ordem cristã; nem a tranquilidade de uma vida cristã ao abrigo do mundo. A vida cristã não é, nem uma estrada triunfal, nem um longo rio tranquilo.

Uma outra forma de ação política

Tomar consciência que a política não é exclusivamente a pesada máquina dos poderes executivo e legislativo pode também dar aos cristãos um espaço de respiração. Por exemplo, sem recusar o bem fundado de certas manifestações, sobre a questão do aborto, mais que esgotar-se a pedir a revogação da lei Weil, tão improvável como inextricável nas suas consequências (que fazer, então, com as duzentas mil mulheres que abortam cada ano e que seria necessário, com toda a lógica, penalizar?), porquê não criar com prioridade condições de acolhimento das mulheres em dificuldade? A política não está somente localizada no funcionamento das instituições estatais. Ela não está somente na ação de fazer leis ou de as fazer aplicar. Criar no seio da vida associativa ou paroquial, as condições de acolhimento das mulheres grávidas para que elas possam guardar o seu filho pertence bem ao domínio político porque se trata de trabalhar para o bem da cidade.

Pode puxar-se o mesmo fio em todos os domínios: ecologia, modificação de hábitos de consumo. Cada um pode trabalhar para transformar o mundo. Esta liberdade de ação do cristão liga-se concretamente ao que a doutrina social da Igreja chama o princípio da subsidiariedade. Um dos desafios para os cristãos é pois de não se deixar embarcar com toda a boa-fé no culto de um Estado redentor.

3– Uma outra relação com o político e o mundo: comunhão, transfiguração, conversão.

Repensar o bem comum como comunhão

O cristianismo retomou da herança grega o que é sem dúvida a mais universal e intemporal pérola: a noção de bem comum em política. Esta noção contudo, depois de ter sido considerada como uma evidência pelo cristianismo medieval, tornou-se contestada pela modernidade e merece ser pensada de novo.

Como mostrado por Gaston Fessard de maneira muito hegeliana, o Bem Comum contém em si esta mediação entre o «Bem da comunidade» e esta «Comunidade do bem» que consiste nestes direitos da pessoa humana, que podem ser opostos à tirania de um interesse coletivo. Esta união que distingue, sem opor, é propriamente um «Bem da comunhão» quer dizer um «laço ao mesmo tempo espiritual e carnal», unidade ao mesmo tempo «concreta e universal».

A unidade do género humano implica, portanto, que exista um bem comum da humanidade, e que esse bem é o mais comum de todos os bens porque diz respeito a todos os homens e coloca em primeiro plano a paz. A paz é este estado harmonioso, que pode reinar entre os homens e os povos. Mas a

existência de um bem comum universal, não quer dizer por isso que o cristão não tenha ligações preferenciais. A vida comum, no seio da cidade, pode participar do bem comum universal. Por outros termos, o cristão pode e deve amar o seu país porque ele permite-lhe ser plenamente homem.

A dualidade da relação com o mundo: fora e dentro

Vemos aqui muito claramente em ação esta dualidade no coração do homem entre a finitude da sua condição e a aspiração ao infinito que faz dele um ser que escapa - pelo menos na fina ponta da sua alma - às leis dos determinismos, entre a inscrição numa história singular e a participação na universalidade da natureza humana. Esta dualidade, o cristianismo nomeia-a na oposição retórica entre o mundo e o que não é do mundo, noutros termos a carne e o espírito. O mundo está à volta de cada cristão, mas igualmente nele, com as suas coortes de libido *dominandi* como o evocava S. Agostinho: dinheiro, sexo, poder. No mundo, mas não deste mundo, ele experimenta de maneira particularmente aguda esta dualidade.

Quando João diz que o cristão não deve amar o mundo¹, trata-se do da cobiça e da dominação. Este mundo é o da morte, enquanto Deus dá a vida eterna. Tal é a razão da oposição ao mundo: uma escolha da vida. A posição do cristão pede um equilíbrio subtil, como lembra o Concílio Vaticano II: os leigos, que devem ativamente participar na vida total da Igreja, não devem somente ficar na animação cristã do mundo, mas são também chamados a ser, em todas as circunstâncias e no coração mesmo da comunidade humana, testemunhas de Cristo.²

Libertar-se dos ídolos

Os cristãos, hoje, têm-se visto, são por vezes tentados pela ilusão do controlo, o sonho do regresso a uma cristandade que os tranquilizasse.

Um outro escolho seria de fazer de um compromisso qualquer um absoluto: a nação, a liberdade, o progresso económico, a igualdade, etc... Em termos bíblicos é o que se chama um ídolo. E a idolatria é o que profundamente separa de Deus, como diz o salmista:

«Quem pode subir à montanha do Senhor e ficar no lugar santo? O homem de coração puro, mãos inocentes, que não entrega a sua alma aos ídolos (e não faz falsos juramentos)»³.

São certamente as outras divindades, mas também tudo o que substitui Deus, e que é simbolizado pelo bezerro de ouro adorado pelo povo hebreu no livro do Êxodo⁴. Na primeira linha destes ídolos vem o dinheiro: «Não podeis servir a Deus e ao dinheiro» exorta Jesus⁵. «Não conteis com a fraude e não aspireis ao lucro; se juntardes riquezas, não ponhais nelas o vosso coração»⁶. A lista não é limitativa como sublinha o Catecismo da Igreja Católica:

«Há idolatria desde que o homem honra e reverencia uma criatura no lugar de Deus, quer se trate dos deuses ou dos demónios (por exemplo o satanismo), de poder, de prazer, da raça, dos antepassados, do Estado, do dinheiro, etc.»⁷

No plano político, pode pensar-se que todo o apego absoluto a uma noção, uma entidade, um grupo

¹ 1 Jo 2, 15

² *Gaudium et spes* §43.4

³ Ps 23.

⁴ Ex 32.

⁵ Mt 6, 24.

⁶ Ps 61, 11

⁷ CEC §2113

humano, absoluto no sentido de excluir toda a outra ligação, grupo, noção, constitui uma forma de idolatria, mesmo que este apego numa justa medida seja bom. Quando o amor da pátria se torna um nacionalismo acanhado ou xenófobo, quando o culto da liberdade esquece a necessidade de agir em função do bem comum, quando a preocupação do desenvolvimento económico derrota a justiça social, quando a vontade de igualdade se torna niveladora, pode tratar-se em graus diversos, desta idolatria de que o cristão deve desconfiar.

O cristão é pois um peregrino sobre a terra, mas encarnado numa história e numa cultura: ele não deve nem idolatrar nem desertar da política. Ele está no mundo que ama – à maneira como Jesus o amou, sem se apossar dele -, onde encontra um enraizamento e um destino, mas fundamentalmente, vem de algures e retorna para algures. Como Abraão, espera «a cidade que teria verdadeiras fundações, a cidade de que o próprio Deus é o construtor e o arquiteto»¹ e aspira «a uma pátria melhor, a dos céus»².

O reino existe já na presença de Cristo³, e a Igreja, no qual ele está «misteriosamente presente»⁴ é o seu começo. Se Cristo nos exorta a procurar primeiro o Reino⁵, não é construindo-o à força de punhos. Nós encontramos-lo na palavra e na presença de Deus, por Cristo ressuscitado e vivo e pelo seu Espírito que ele nos deixou. Não edificando-nos a nós mesmos mas deixando-nos e alcançar e encontrar por Ele.

Uma lógica de transfiguração...

O papel do cristão não é pois procurar o poder, entrar numa lógica de dominação, no sentido em que quereria impor a sua norma à sociedade. Trata-se bem mais de transfigurar a política no sentido em que um vitral deixa passar a luz. Quando Jesus se transfigurou sobre a montanha⁶, ele deixa-se atravessar pela luz: a sua divindade gloriosa vem iluminar a sua humanidade sem a destruir. Se ser cristão é antes de tudo ser um «outro Cristo», o objetivo do cristão sobre a terra é de se deixar transfigurar. A transfiguração «é o sacramento da segunda regeneração» diz S. Tomás de Aquino⁷; o da nossa própria ressurreição⁸.

Que é que isto quer dizer ao certo ? Trata-se bem de se deixar iluminar, de se deixar atravessar pela Palavra. Porque o homem não é a fonte desta Palavra: alimentando-se dela, pode anunciar a Boa Nova. Cada cristão traz em si de forma singular o anúncio universal da dignidade de cada pessoa humana, que só uma lógica de comunhão pode respeitar, ao revés de todas as lógicas de interesse (incluindo o pretensamente geral), de dominação e de violência. É por isso, e a Igreja o reconheceu perfeitamente com o Vaticano II, que o cristão se deve o respeito pela liberdade de cada um, incluindo a liberdade religiosa de crer ou de não crer, sem por isso cair no relativismo que o faria colocar a lâmpada sob o alqueire. Pode-se então compreender melhor a Palavra de Jesus, segundo a qual, o cristão é o sal da terra e a luz do mundo. Uma leitura superficial poderia deixar concluir que ele é superior ao resto do mundo ou que ele deve ditar-lhe a sua lei. Vamos reler o texto:

«Vós sois o sal da terra. Mas se o sal se torna insípido como dar-lhe o seu sabor? Para nada mais serve, senão para ser lançado fora e pisado pelos homens.

¹ He 11, 10

² He 11, 16

³ *Lumen Gentium* § 5

⁴ *Lumen Gentium* §3

⁵ Mt 6, 33

⁶ Mt 17, 1-9

⁷ S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, 3, 45, 4 ad 2

⁸ Catecismo da Igreja Católica §556



Vós sois a luz do mundo. Não Se pode esconder uma cidade situada sobre um monte.

E não se acende uma lâmpada para a colocar sob o alqueire ; põe-se sobre o lampadário e assim ilumina todos os que estão em casa.

Do mesmo modo, que a vossa luz brilhe diante dos homens: para que vendo as vossas boas obras, eles glorifiquem o vosso Pai que está nos céus»¹.

Na realidade o sal não é, em primeiro lugar, como se crê muitas vezes na nossa cultura contemporânea, o condimento real que dá gosto aos alimentos, mas, na época de Jesus era em primeiro lugar e de forma vital, o que os conserva da alteração. O que quer dizer que o sal está ao serviço dos alimentos, para que eles possam ser utilizados devidamente no momento conveniente. O sal pode igualmente servir para apurar o gosto dos ingredientes. Mas em si mesmo ele não está senão ao serviço do gosto do alimento. Da mesma maneira a luz sobre o lampadário não é feita para ser olhada, mas para iluminar o que vai ser olhado; ela brilha para iluminar e engrandecer o que ilumina e não para sua própria glória. O cristão está pois no mundo para o ajudar a revelar-se como criação de um Deus de amor em que a dignidade de cada pessoa humana é inalterável. Este «saber» do cristão não é sinal da sua superioridade mas, ao contrário, é sinal de um dom gratuito que ele recebe na sua própria fraqueza. Paulo lembra-nos «Este tesouro, levamo-lo em vasos de argila; assim vê-se bem que este poder extraordinário pertence a Deus e não vem de nós»².

... e de conversão

Nós podemos medir o que este espírito de transfiguração e de comunhão necessita: uma lógica de conversão. É a isso que incita os cristãos, por vezes de forma dura, o papa Francisco que, como digno filho de Inácio de Loiola, conhece a dificuldade do combate espiritual. Converter-se significa «voltar-se para», neste caso, voltar-se para o Senhor. Adotar, em todas as circunstâncias, outra lógica que não a do próprio eu ao serviço de si mesmo, para assumir a do amor e da comunhão. Para isso, nem sacrifício nem holocausto: «o sacrifício que agrada a Deus é um espírito contrito»³, quer dizer que aceitou a sua fraqueza para acolher o poder de Deus. Porque é quando o homem se reconhece fraco que ele é forte da força de Deus⁴, à imagem de Cristo entregue e crucificado. Neste sentido, o cristianismo inverte as posturas políticas de dominação. Ele não é contra a política no sentido em que reconhece o benefício da vida social e a necessidade de procurar um bem comum. Mas deixa à vida social a possibilidade de se deixar transfigurar para que o bem comum dos homens possa viver de uma comunhão mais profunda e mais sólida, uma comunhão transfigurada pela graça do Espírito Santo.

François Huguenin

Conferência proferida no IV Encontro Nacional de Leigos «*Este é o Tempo para esperar contra toda a esperança, para trabalhar pela Justiça e pela Paz, para amar as pessoas, para amá-las uma a uma*», a 18 de novembro de 2017, em Viseu

¹ Mt 5, 13-16

² 2Co 4,7

³ Sl 59, 19

⁴ 2 Cor 12, 10